

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE
INVESTIGAR ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS/ILEGAIS,
CONFORME DENÚNCIA PUBLICADA NA REVISTA "VEJA", EDIÇÃO 2022, Nº
33, DE 22 DE AGOSTO DE 2007.**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2008
(do Sr. Deputado Raul Jungman)**

Requer que seja convidado o Senhor Márcio Sérgio Cristino, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, a fim de prestar esclarecimentos sobre a investigação sobre a violação de sigilo de telefones celulares.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 36, II do Regimento interno da Câmara dos Deputados, solicito que seja convidado o Senhor Márcio Sérgio Cristino, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo a fim de prestar esclarecimentos sobre a investigação sobre a violação de sigilo de contas de telefones celulares.

JUSTIFICATIVA

Segundo notícias recentes as próprias empresas de celular tem sido fonte de violação do sigilo de contas telefônicas. Investigação conjunta do Ministério Público Estadual e da Polícia Civil aponta que a maior parte das informações sobre o histórico das contas, vendidas por detetives particulares, sai de dentro das próprias companhias. A investigação está centrada nas empresas de celular porque os pedidos dos clientes dos detetives está concentrado nesse tipo de comunicação. Mais de 95% dos documentos apreendidos sobre violação são contas de celular, dizem os investigadores. Contas da Vivo, da Tim e da Claro são as mais encontradas nesse tipo de operação.

A polícia e a Promotoria de Justiça do Estado de São Paulo investigam há um ano a violação de sigilo telefônico e bancário por investigadores privados. Cerca de 30 detetives já foram presos no decorrer dessa investigação, 16 deles são réus em processo criminal. Recentemente, o delegado Dimas Pinheiro, do Deic (Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado) e o Promotor de Justiça Márcio Cezar Cristino conseguiram ordem judicial para entrar em uma empresa de celular para entender como os dados dos clientes são armazenados.

O exame do sistema das empresas foi acompanhado por especialistas em informática da polícia e do Ministério Público. As conclusões iniciais da vistoria sugerem que as empresas não protegem os dados dos clientes com todas as técnicas disponíveis.

Neste sentido, reforço meu pedido de aprovação do presente requerimento.

Sala das Reuniões, em de agosto de 2008.

Deputado Raul Jungman
PPS/PE